

Creches e redes de apoio: uma ponte entre maternidade e trabalho

Hannah dos Santos Ramos
PPGAD -Universidade Federal Fluminense

Claudio Roberto Marques Gurgel
PPGAD -Universidade Federal Fluminense

Renata de Almeida Bicalho Pinto
PPGA - Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO:

Os papéis sociais destinados às mulheres foram, ao longo dos anos, passando por algumas mudanças. O movimento feminista, neste sentido, teve importância fundamental na garantia de direitos a serem conquistados como, por exemplo, o acesso a creches. Esta pesquisa utilizou-se de uma abordagem materialista histórico dialética e buscou entender a percepção de mulheres mães trabalhadoras sobre retornar ao mercado de trabalho após a chegada dos filhos, num recorte mais específico sobre a importância das creches e redes de apoio. Alguns obstáculos inerentes a este processo foram percebidos, como: naturalização de costumes, secundarização do papel, meritocracia e a própria dificuldade de acesso a creches.

Palavras – chave: Mulher. Maternidade. Creches. Trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma dissertação de mestrado que buscou identificar as percepções acerca dos obstáculos vivenciados pelas mulheres, após a maternidade, para sua reinserção no mercado de trabalho. De forma mais objetiva, apresenta questões voltadas à percepção acerca das redes de apoio e das creches.

Muito antes do capitalismo se desenvolver, é correto afirmar que grande parte das mulheres já trabalhava. Era possível encontrar trabalhadoras de camadas sociais que se ocupavam da produção de bens e serviços e contribuíam para a subsistência de sua família e criação da riqueza social. Nestas sociedades pré-capitalistas, a mulher trabalhava nos campos, nas manufaturas, nas minas, nas oficinas e realizava outras tarefas domésticas, como bem define Safiotti (1976), garantindo a ociosidade da classe dominante.

Com a chegada da “nova mão de obra”, representada pelas mulheres das classes médias, observavam-se condições que desencadeavam as mais variadas pautas de reivindicações relacionadas ao dia a dia laboral e às próprias relações de trabalho. É de se saber que mesmo enfrentando as mesmas jornadas e condições precárias de trabalho que os homens, as mulheres recebiam e ainda recebem salários consideravelmente menores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, no seu relatório Estatísticas de gênero, em 2016, as mulheres brancas percebiam 72% da renda média dos homens brancos e no caso das mulheres negras esse percentual cai para 42% (IBGE, 2016). Como

mencionado, esta disparidade não apenas existiu no passado, como também continua refletindo condições desiguais que se fazem presentes na atualidade.

Juntas, essas expressões da realidade reforçam o fato de que a mulher é desamparada tanto em seu período gestacional, como também após dar à luz. As manifestações percebidas são reflexo de pensamentos advindos da sociedade da forma como se constituiu, excluindo a mulher mãe da força de trabalho ou dificultando a sua inserção social. A questão relativa às creches é ponto crucial para se entender esta necessidade. A importância deste direito é fundamental para garantir o que o papel da mulher, enquanto trabalhadora, seja garantido.

2. REFERENCIAL

2.1 O movimento feminista e as relações de trabalho

As lutas feministas, ao longo das décadas, tiveram cada vez mais importância na garantia de direitos a serem conquistados pelas mulheres. Acompanhando o movimento das sociedades primitivas, onde possuíam prestígio social, até a noção de casamento monogâmico, que desencadeou, segundo Engels (1984), o primeiro antagonismo de classe (entre homens e mulheres, dentro da família), levanta-se o questionamento acerca dos papéis representados pelos homens e mulheres e suas responsabilidades enquanto promotores da igualdade na luta por direitos. Qual a necessidade de envolvê-los nessas discussões?

Para Saffioti (1976), homens e mulheres são complementares na produção e reprodução da vida. Assim, quaisquer fenômenos que afetem um lado, afetarão o outro. A não percepção disso, por consequência, conduz a compreensões fechadas e equivocadas dos papéis exercidos por ambos, por conta da opressão de classe que parece atingir apenas a mulher.

É possível entender, sobretudo, que as circunstâncias históricas foram determinantes nesse tipo de interesses e que a condição da mulher dentro do mercado de trabalho deve ser observada não em unicidade, mas levando em consideração a presença de estruturas sociais diversas. Aliado a isso, é necessário clarificar a concepção de que a condição da mulher e sua evolução ao longo da história sofreu impacto de cada modo de produção vigente. O movimento feminista atua nesta esfera ao enfatizar a necessidade da mulher de se emancipar em todas as esferas, quais sejam: econômica, social, política, por exemplo (SAFFIOTI, 1976).

É praticamente impossível falar sobre condições de trabalho sem mencionar que o sistema produtivo, da forma como se instituiu, mesmo no século XXI, reduz as possibilidades de integração da mulher em múltiplas frentes, mesmo quando sua mão-de-obra é necessária para garantir a ociosidade de quem detém poder econômico. Por conta disso, surgiram alguns movimentos que denunciavam a realidade desigual e a marginalização da mulher no sistema produtivo.

Judith Gardiner (2005) traz a relação entre a teoria feminista e a definição da masculinidade. Olhando sob este ponto de vista, entende que a misoginia, que representa a concepção de desprezo ou preconceito com as mulheres e meninas, tem como resposta

a movimentação em torno de ideais de igualdade, de justiça, de equidade, que são preocupação da teoria feminista. De acordo com a autora, a misoginia é responsável por ditar papéis relacionados à masculinidade, como por exemplo, o que a sociedade espera do homem, numa visão grande parte das vezes limitadora e machista.

Neste sentido, o prestigiado trabalho de Beauvoir, *O segundo sexo* (2009), é um ponto de partida para se entender a noção do papel em que as mulheres são construídas na sociedade; como “a outra” ou como “o segundo sexo”. O conceito levantado pela autora explica como o papel das mulheres é considerado secundário, dando suporte a grandes homens que se tornaram parte da história humana, visto que foram responsáveis pelas criações, tradições, regras associadas à coletividade e à elaboração do mundo.

Beauvoir (2009) explica que, no momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Desta forma, a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto. Ela sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro. O pensamento de Saffioti (1976), nesse sentido, complementa o de Beauvoir, pois entende que a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração.

Outra interpretação pode ser feita à luz do materialismo histórico-dialético, entendendo que o que torna a mulher um ser fraco, do ponto de vista das reivindicações sociais, é o aprofundamento do modo de produção dominado por uma classe que necessita da submissão de todos (homens e mulheres), e utiliza de todos os recursos (inclusive os preconceitos em relação a mulher) para tal objetivo. A tradição de submissão é, portanto, o recurso usado pela classe dominante em virtude de seus interesses serem antagônicos à emancipação feminina.

Com esta perspectiva, é possível visualizar que a naturalização dos conflitos relacionados à mulher e ao homem contribui para que as desigualdades no mundo do trabalho sejam disseminadas ainda mais, necessitando do papel inclusivo das organizações, haja visto que a discriminação de gênero é um fator que implica no acesso e permanência dos indivíduos no trabalho, bem como nas condições laborais. Por conta disso, a necessidade de transformar as condições nas quais as mulheres se inserem e estão inseridas constitui-se em um desafio relevante para a construção de novas relações sociais (DIEESE, 2013).

2.2 Trajetória da luta feminista por garantia de direitos

O caminho percorrido pelo movimento feminista, ao longo dos anos, foi responsável por protagonizar a luta por direitos em favor de igualdade e justiça em prol das mulheres. Nas palavras de Collin (1994):

O movimento de liberação das mulheres – o feminismo – é um texto que se desenvolve, não uma tese. É uma linha melódica, não uma marcha militar. É uma inspiração, a inspiração de um sopro. O feminismo se respira mais do que se enuncia. De tanto dar o último suspiro, ele renasce (COLLIN, 1994).

Olhando sob este aspecto, o movimento feminista pode ser compreendido através de um fluxo permanente de movimentações várias, nos mais variados campos que afetem as mulheres, com o intuito de promover a emancipação de cunho social, político, econômico; assim como lutar pela conquista de direitos. Essas movimentações são dotadas de críticas sociais, denunciando injustiças e desigualdades, questionando o status quo e buscando a realidade mais igualitária.

Cabe, neste espaço, dialogar com as questões relativas à luta por igualdade e ao que Wood (2011) entende como emancipação humana. A autora toma como ponto de partida as condições de produção e reprodução de vida do modo de produção vigente, levantando as formas de opressão que este mesmo modo de produção exige, bem como as formas de emancipação que ele tolera.

A noção de emancipação humana, para Wood (2011), relaciona-se diretamente com o que a autora entende a respeito de bens extra-econômicos, que representam a “emancipação de gênero, igualdade racial, paz, saúde ecológica e cidadania democrática”. Diz, neste sentido, que ao se olhar para as discussões voltadas às questões femininas, no que dizem respeito aos aspectos de raça e gênero, é possível perceber determinadas influências advindas das realidades estruturais do sistema de produção vigente, dividindo a classe trabalhadora e mascarando questões estruturais para a igualdade racial ou opressão de gênero, por exemplo. Além disso, do ponto de vista do capital, a ideia em torno da oferta de licença maternidade ou creches não são tão diferentes de, por exemplo, da aposentadoria por idade ou seguro-desemprego, visto que ambos envolvem custos indesejáveis.

No entanto, a autora expõe, de uma forma muito clara, que as mulheres, sob o capitalismo, conquistaram direitos políticos que nem eram sonhados em sociedades precedentes. O fato de haver uma tendência geral dentro desse sistema que objetivasse a sociedade no caminho para uma igualdade formal, acabou por desenvolver certas pressões favoráveis à sua emancipação. Mas sinaliza que essa vitória foi conquistada por meio de muitas lutas (WOOD, 2011).

Considerando o exposto, é fundamental enfatizar que o movimento feminista, abastecido de causas coletivas, é também formado por uma coletividade de mulheres que, dotadas de sua pluralidade, acabam por identificar meios distintos para se chegar a estes objetivos. Essa pluralidade se reflete mediante as perspectivas de vida em que estão inseridas, enriquecendo o debate e amadurecendo constantemente o movimento em direção a estas causas.

Diante dessa perspectiva coletiva, ao longo dos anos, existiram conquistas originadas de demandas das mais variadas áreas, assumindo preocupações diversas que versassem sobre a emancipação feminina de uma forma totalizante. Destacam-se avanços políticos, sociais, esportivos, estudantis, dentre muitos outros aspectos permitiram mudanças necessárias e fundamentais.

No Brasil, as inquietações feministas ascenderam na segunda metade no século XIX, onde muitas brasileiras participaram de diversos debates, manifestações, reuniões, que nortearam a construção do Brasil. Entretanto, algumas revoltas nacionalmente conhecidas e anteriores a este período, como por exemplo: Insurreição Pernambucana (1645),

Inconfidência Mineira (1789), Sabinada (1847), Farroupilha (1835) contaram com inúmeras mulheres que, mesmo anônimas, deram suor e sangue a estas lutas (BANDEIRA e MELO, 2010).

Dentro da perspectiva do movimento feminista e suas lutas ao longo dos anos, no Brasil, este quadro revela a trajetória histórica por onde caminharam diversos acontecimentos importantes para a conquista de direitos. Desde o Brasil colônia, os papéis sociais destinados às mulheres foram mudando gradativamente e, em virtude da mobilização feminina, foi possível conquistar direitos fundamentais e necessários. O direito ao voto, à participação política, aos estudos, a criminalização da violência doméstica, por exemplo, representam muito mais do que momentos de relevância histórica: são alavancas propulsoras de uma sociedade mais justa e democrática.

Desta forma, tendo como plano de fundo a trajetória da luta feminista por garantia de direitos, a sessão a seguir se propõe a tratar de uma discussão em favor de conquistas mais específicas, por serem temas vinculados à maternidade e a carreira das mulheres de uma forma mais direcionada: o direito a creches.

2.3 A luta em favor das creches

A pauta voltada para a socialização do cuidado das crianças, dentro das famílias, é permeada por várias discussões. Algumas evidenciam o olhar sobre práticas que não desestimulem ou dificultem ainda mais a permanência da mulher nas múltiplas frentes em que deseja ocupar no mercado de trabalho, por exemplo. O desejo nada mais é do que uma das motivações. Ao levar em consideração a quantidade de famílias que, atualmente, são chefiadas por mulheres, temos que 40,5% da população feminina (IBGE, 2016) necessita trabalhar para garantir o sustento de sua família. Neste sentido, as creches acompanharam as alterações percebidas nos arranjos familiares ao longo dos anos e representam uma discussão necessária enquanto luta do movimento feminista e enquanto garantia de direitos a serem conquistados.

Retomando um assunto já mencionado, a criação dos filhos é, de forma naturalizada, feita pela mãe no espaço privado do lar. Como relatam Dias, Correia e Pereira (2011), a crescente e necessária busca das mulheres por colocação profissional ao longo dos anos tornou indispensável a criação de meios alternativos para o cuidado de crianças pequenas. Tal busca, iniciada por mulheres brancas e de classe média (lembrando que mulheres negras e pobres sempre precisaram trabalhar), demandaram a criação de espaços que fossem públicos. O movimento inverso, no entanto, também é válido, como esclarecem Madalozzo e Blofield (2017), ao defenderem que uma maior disponibilidade de creches e pré-escolas acabariam promovendo uma escolha profissional para as mulheres que assim o quiserem.

A trajetória da luta por creches, no Brasil, é oriunda dos bairros populares das grandes cidades, nascida no momento em que os movimentos urbanos começam a ganhar visibilidade no Brasil, a partir da década de setenta. As mulheres, como menciona Campos (1999), eram as protagonistas destes movimentos, lutando pelo atendimento de necessidades básicas em seus bairros, colocando as creches na agenda de pautas a serem conquistadas.

Um dado interessante diz respeito à parcela de mulheres que dava voz a estas reivindicações. Muitas delas faziam parte do proletariado industrial e do setor de serviços, como as bancárias e funcionárias públicas. Mas, ao contrário do que desejavam as militantes, “as creches vão atender a população mais empobrecida, construindo uma rede educacional paralela e segregada” e, como consequência deste quadro segregatório e de estruturas técnicas problemáticas (muitas vezes, as mulheres trabalhadoras das creches representavam mão de obra barata e sem formação profissional e eram submetidas a longas jornadas de trabalho em condições degradantes) constituíram um entrave ao “desenvolvimento integral das crianças atendidas” (CAMPOS, 1999).

A Constituição de 1988 é um marco importante na posição do Estado sobre este direito. Seu texto tem origem a partir de articulações promovidas pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM, com a Carta de Princípios conhecida como Criança: compromisso social. A creche, neste documento, é colocada como direito não só da criança, mas também de sua mãe. Indica, neste sentido, que a socialização da criança é tarefa a ser assumida pela sociedade (CNDM, 1986, p. 5) e ressalta alguns aspectos importantes: o primeiro deles afirma que o direito a creche é um direito conquistado e não um ato de caridade; o segundo afirma que a creche é uma instituição educativa e o terceiro afirma que todas as crianças possuem direito a ela e não apenas filhos de mães trabalhadoras (CAMPOS, 1999).

A luta em favor das creches representa um movimento fundamental com vistas ao projeto de emancipação feminina, sendo instrumento de representação política e social diante da opressão e desigualdade a que as mulheres estão submetidas. O processo de construção deste direito, portanto, é marcado por lutas que foram iniciadas por mulheres operárias, que sentiam o peso das tarefas domésticas serem acumuladas com as atividades remuneradas fora de casa. A luta em favor de uma política de socialização do cuidado das crianças, mesmo após a promulgação da constituinte, ainda faz parte do cenário brasileiro.

3 METODOLOGIA

À luz do objetivo principal desta pesquisa, faz-se necessário caracterizar, previamente, a perspectiva epistemológica a ser adotada. Ao se pretender trabalhar com “termos dialéticos”, é importante deixar claro que, apesar de fazer menção aos métodos hegelianos, nesta pesquisa será dado o mesmo tratamento que Marx deu à epistemologia do autor de *Fenomenologia do espírito*. Desta forma, defende-se a ideia de que a realidade é dada pelas coisas concretas da vida real e que o sujeito está na materialidade (MARX, 1976).

Depreende-se que, na visão marxista, o homem é produto e produtor de sua realidade, e sua manifestação relaciona-se com as forças produtivas as quais está submetido dentro da realidade que vive. As representações, o pensamento, as ideias da consciência, portanto, surgem como uma consequência direta do seu comportamento material (MARX, ENGELS; 2005). É necessário enfatizar, portanto, que este trabalho utilizará algumas chaves de compreensão do materialismo histórico dialético, de forma a expor as bases do pensamento nos quais esta pesquisa se apoia: a noção de que a existência precede a consciência; o olhar para o objeto em sua totalidade, considerando a totalidade da

existência; a sociedade dividida em classes e os antagonismos decorrentes dessas estruturas; a contradição como raiz de todo movimento; e as condições do modo de produção capitalista que interferem na ordem social (MARX, 1973; ENGELS, 2004; MARX e ENGELS; 2005).

Em termos procedimentais, a pesquisa qualitativa apresenta as condições necessárias para o auxílio do entendimento desta realidade. Neste sentido, pode ser entendida como uma necessidade dentro das ciências sociais por enxergar a sociedade como uma estrutura que se movimenta mediante a força da ação social individual e grupal (HAGUETTE, 2010). Com relação aos procedimentos técnicos, o presente trabalho faz uso de pesquisa bibliográfica, com o auxílio de livros e artigos científicos a respeito de temas que contribuam na compreensão do contexto histórico e atual, bem como pesquisa documental, com dados de bases secundárias que auxiliam as análises a respeito da condição atual da mulher na sociedade e no mercado de trabalho (GIL, 2002).

O trabalho de campo, realizado essencialmente através de entrevistas, é peça fundamental dos procedimentos, dado que o objetivo prioriza os relatos de experiência. A entrevista em profundidade também pode ser entendida como uma ferramenta de apoio ao entendimento da realidade que se pretende estudar. De acordo com Haguette (2010), a entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas, na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado, que neste caso será representado pelo conjunto de mães que retornaram ao mercado de trabalho após o nascimento dos seus filhos.

No que diz respeito aos sujeitos de pesquisa, a escolha por um perfil de mãe a ser entrevistada é pensada de acordo com os postulados materialistas que levam em consideração a questão de classe presente e latente na sociedade. Desta forma, pretende-se entrevistar as mulheres em quatro amostras, de acordo com os seus segmentos sociais: Estratos sócio-econômicos D-E, Estratos C 1 e C2, Estratos B1 e B2 e Estrato A. Estas mulheres serão escolhidas observando-se, da melhor forma que couber, a distinção em relação aos setores público e privado, além da anteriormente mencionada estratificação de acordo com os segmentos sociais. Para que haja a delimitação de amostras por meio de níveis sociais, fez-se necessário recorrer aos bancos de dados do IBGE e descobrir as categorias que as diferenciam (IBGE, 2015). Além disso, em observância à distribuição de indivíduos que se encontram em segmentos sociais diferenciados, pretende-se selecionar a quantidade de mulheres entrevistadas correspondente a cada segmento. Neste sentido, buscou-se, na mesma fonte bibliográfica, a informação a respeito das distribuições de classes sociais pelo país, em porcentagens. A distribuição proporcional de mulheres, em quantidade, no decorrer das entrevistas, realizou-se mediante: Referente ao segmento social A: 1 mulher; B: 3 mulheres; C: 7 mulheres; D-E: 4 mulheres.

Cabe explicação para o uso de estratos de renda nessa análise referenciada no materialismo dialético. A divisão da sociedade em classes, na ótica marxiana, entende as classes principais como aquelas que representam o modo de produção em suas relações produtivas fundamentais: os trabalhadores, os capitalistas e os proprietários de terra. Entretanto, como observa Marx, há um “crescimento constante das classes de permeio, situadas entre trabalhadores, de um lado e capitalistas e proprietários de terra de outro” (MARX, 1983, p.1007). São essas classes de permeio que constituem “o rumo que segue

a sociedade burguesa” (Ibid: 1119). Com o uso dos estratos sociais procuramos filtrar essas distinções, sem, entretanto, perder de vista as condições de classe fundamentais, que inclusive influenciam a chamada classe média. As análises, relembrando, levaram em consideração as chaves de compreensão dialéticas mencionadas anteriormente. Pretendeu-se, com este processo, perceber o impacto da totalidade dialética se expressando entre as questões. Os questionamentos realizados buscam compreender as seguintes questões: A percepção da maternidade ter ou não prejudicado a carreira, as percepções sobre o retorno ao trabalho e a experiência de colocar os filhos na creche e a questão relativa a importância da rede de apoio.

4 ANÁLISES

4.1 Sobre a maternidade ter ou não prejudicado a carreira

Este é um questionamento difícil em muitos sentidos: como reconhecer o lado negativo de algo tão positivo? Como não se culpar por apontar problemas ao longo do processo e enxergar a maternidade como um prejuízo a outras esferas da vida? Apesar destes questionamentos serem reais, as respostas apresentaram realidades e pontos de vista bem diversificados.

Isto se explica pelas próprias experiências vividas e pelas oportunidades perdidas ou acrescentadas ao longo deste processo. Mulheres com vidas financeiramente organizadas e carreiras sólidas geralmente não enxergam a maternidade como um problema por talvez não existirem momentos em que tivessem necessidade de abrir mão de alguma oportunidade que fizesse falta, de modo substancial, em suas vidas.

De uma forma geral, as mães afirmam que poderiam estar investindo em cursos ou pós-graduações e não estão conseguindo pela falta de tempo. Cláudia, formada em biologia, revela não ter conseguido terminar sua pós-graduação a tempo de ter seu bebê.

Sim, é... quando eu tava grávida, como eu não esperava que eu fosse engravidar tão rápido, eu tava no meio da minha pós graduação em meio ambiente. Porque eu sou formada em biologia. Então, eu não fiz o meu TCC até hoje. Eu terminei as aulas, mas eu não tive ânimo de pensar. Eu até brinco, eu digo que ela mamou meus neurônios pelo leite e até hoje ela mama, porque eu tô completamente desmemoriada, não tenho mais ânimo de estudar, perdi totalmente a concentração, então eu acho que isso me prejudicou um pouquinho sim.

A visão de Joana, a respeito disso, é bem interessante. Trata-se de um olhar diferente em relação a Cláudia:

Eu acho que se a gente não tivesse tido filhos, a gente estaria bem atrás do que a gente está hoje, em termos não só financeiros, que isso é o de menos. Mas em termos culturais, de personalidade, porque a gente se doa pra uma outra pessoa, a gente vive pra uma outra pessoa. A gente tá vivendo um momento no país assim, crítico, né. E a gente não pensa na gente. Porque daqui a pouco a gente

nem vai estar aqui. A mudança vai ser a longo prazo, se ela vier. E a gente fica pensando: o que eu vou deixar pra essas pessoas? E ainda mais que são duas mulheres, duas meninas, né. Então eu acho que a maternidade muda sim, muda o cérebro da pessoa, com certeza. Não precisa cientista nenhum me dizer isso.

Joana revela, durante a entrevista, que ter filhos não era um desejo para ela e seu marido. Com o tempo, foram desenvolvendo este desejo e se planejando para esse momento. A fala de Joana, ao reconhecer a maternidade e a paternidade como um meio de evolução pessoal, dialoga com o princípio de que a existência material é capaz de desenvolver as bases de pensamento refletidos em sua consciência, no sentido de viver a experiência da maternidade e se enxergar, atualmente, um indivíduo capaz de observar melhor a realidade em que se vive. E enquanto mulher trabalhadora e ocupante de uma estrutura social e econômica mais favorecida, não reconhece esse prejuízo profissional como outras mães relataram nas entrevistas.

Maria, no entanto, faz uma reflexão acerca de suas percepções enquanto mãe trabalhadora e, principalmente, do peso que a palavra “maternidade” parece manifestar em suas escolhas de vida.

Não. Não é a maternidade que me prejudicou. É o preconceito das pessoas pra quem é mãe pra quem é pai que prejudica. (...) Eu não levo meu filho pro trabalho. Ele tem quem cuide dele. O que atrapalha são no caso os empregadores que desacreditam do nosso potencial por a gente ser mãe, por ser pai. Acha que a gente não dá conta, acha que a gente não pode. As vezes numa entrevista de emprego a primeira coisa que eles perguntam é se você é mãe, ai talvez (já passei muito por isso), o seu currículo é bom, você tem vários cursos (...) porque isso conta muito. Ai as vezes por eu ser mãe, a menina que nem tem experiencia nenhuma fica com a minha vaga porque eu sou mãe, simplesmente.

Livia, ao ser questionada sobre este assunto, revela um desconforto sobre suas decisões. Talvez por se enquadrar em um estrato social onde a necessidade financeira se revela latente, ter “abandonado” o trabalho para ficar em casa com seu filho é motivo de arrependimento. Mesmo que ela diga que não. No entanto, um detalhe curioso sobre sua fala apresenta uma incoerência nos fatos ocorridos: Livia não abandonou seu trabalho; foi demitida após voltar da licença maternidade. E o ato de usar a palavra “abandono” pode ser explicado pelo sentimento próprio de abandonar seus projetos pessoais e sua necessidade financeira ao se tornar mãe, do que de fato abandonar o trabalho, o que não ocorreu.

Ah nem sei o que dizer. Porque assim que cresce é que a gente vê que é bobeira deixar o trabalho pra ficar com o filho. Tem mãe que gosta, prefere ficar em casa com o filho do que trabalhar, mas assim, se ele tiver bem com a pessoa que toma conta dele não tem necessidade de deixar o trabalho, entendeu? (...) Não me arrependo, mas assim, se eu tivesse pensado antes eu tinha deixado e ficado no trabalho, mas não me arrependo não.

O nível de consciência sobre a realidade vivida é um indicador interessante para tentar explicar o caso de Livia. Minutos depois, ao ser questionada sobre o motivo de sua demissão, Livia parece não saber exatamente o que houve.

Eles que me mandaram embora. **Qual foi a justificativa que eles deram pra você?** Nada, só falou que eu estava sendo dispensada.

Mais uma vez, é necessário falar sobre a falta de espaço para que mulheres pobres possam refletir sobre a sua realidade quando a preocupação, de fato, é encontrar meios de sobrevivência. Já Julia, olha de forma racional a respeito das suas dificuldades cotidianas, enquanto mãe, para conciliar sua rotina. E traz de forma muito forte sua decisão em abrir mão de si por um tempo, para dedicar-se aos filhos, por achar mais correto:

Porque vai ter dia que você vai levar no medico, aí você vai faltar. Aí vai ter dia que você vai ter que faltar uma, duas ou três vezes na semana. Nesses três dias você vai ganhar falta, porque nem todos entendem, entendeu? Então acaba prejudicando, mas passa. (...) Eu preferi deixar eles crescer e quando eles crescer (sic) eu dou continuidade na minha vida.

O fato de abrir mão, neste sentido, é capaz de projetar duas interpretações distintas: a primeira delas, representada pela culpa de não ter com quem deixar seu filho e, logicamente, “abandona-lo” para viver um projeto pessoal, levando em consideração que a palavra “abandonar” foi usada entre aspas pois relaciona-se com a máxima de que “o filho é da mãe”; a segunda é representada pelo próprio conhecimento prévio sobre a incompreensão nos ambientes de trabalho com relação as ausências e atrasos da mulher em virtude de emergências e doenças e demais questões que acometem seus filhos, já que não cabe aos homens estas obrigações.

Katia, ao contrário de Maria, acredita que a maternidade não prejudicou seu trabalho. Para ela, quando a mulher consegue se esforçar, dar seu melhor, isso acaba não interferindo nas questões de trabalho.

Não, por produção não, capacidade independe de ter maternidade ou não, isso aí vai muito da pessoa, a vontade de crescer, crescer na empresa a maternidade não interfere não. Tanto nos estudos quanto em crescer na empresa. A não ser que o chefe tenha outra visão, não queira pessoa que tenha filho, mas pelo desempenho da pessoa não, basta ser da pessoa.

Jussara concorda, dizendo que quem se esforça, consegue:

Eu acho que até consegue sim, mas eu acho que não tem diferença. Porque se as pessoas se esforçarem elas conseguem sim.

Estas duas falas são capazes de demonstrar discursos que, aparentemente, apresentam o reconhecimento pessoal de que é necessário lutar pelos projetos pessoais e profissionais, mas que, subliminarmente, carregam um ideal perigoso por ser completamente adaptável e manipulável dentro destes contextos: a meritocracia. Nem sempre o esforço tem como consequência o objetivo que se deseja alcançar e este discurso, quando capilarizado e difundido entre as mulheres, retira das empresas a preocupação de criar condições no mínimo inclusivas e adaptáveis a esta condição que, por sua vez, deveria ser encarada de forma natural. As próprias Teorias das Organizações revelam que o objetivo principal e sua razão de ser se manifestam em dois princípios: elevar a produtividade e aumentar a cooperação. E a cooperação, neste sentido, é a ação de não questionar as decisões da empresa. Evitar manifestações e impopularidade: cooptar.

Carmen, muito crítica com suas atitudes, diz que a maternidade prejudicou sua carreira pois fez ela desistir de seus sonhos. Mas ao refletir sobre o que ela diz, é possível perceber algo além: como o seu relacionamento a aprisionou.

Sim. Porque é aquilo, não é que o filho impede não. É muito... aquela sensação de poxa você teve seu momento, você teve a sua vez e você... to falando de mim, né? E você simplesmente... sempre tive sonhos. Então eu penso assim: se eu quisesse realizar os meus sonhos, que eu tivesse tomado as decisões certas. Então eu não tomei as decisões certas, ok. Na minha cabeça, né? Pra que eu vou agora? Minha filha pequena precisando de mim, vou deixar ela assim porque eu agora decidi olhar por mim... ela tá precisando de mim! Então ela, os filhos, pra mim, vai ser a prioridade. Simples assim. Se eu quisesse alguma prioridade, teria decidido ficar sozinha.

Sua fala deixa claro o que Safiotti (1976) levantou há tempos atrás: na família, a mulher sempre foi submissa ao homem. Dependendo do nível desta submissão, tem-se como consequência a sensação de aprisionamento que, no caso de Carmen, é bem evidente. Seu casamento lhe tirou a liberdade, os sonhos e o poder de decisão sobre sua própria vida.

4.2 Percepções sobre o retorno ao trabalho e a experiência de colocar o filho na creche

Este momento pode ser considerado uma primeira ruptura com a rotina estabelecida entre mãe e filho desde o nascimento da criança. Como mencionado anteriormente, durante outros questionamentos realizados nas entrevistadas, o período da licença maternidade é um período muito solitário, onde a relação mãe e filho se intensifica e potencializa. Para algumas mulheres, este processo de separação é mais difícil do que para outras.

No entanto, todas as entrevistadas mostraram, em seus discursos, um certo nível de racionalização, mesmo nos momentos em que relatam dificuldades no retorno ao trabalho, após esse período.

Para Luana, foi difícil lidar com estes sentimentos contraditórios e intensos. Com suas palavras:

Eu voltei com o trabalho precisando que eu estivesse lá cem por cento e eu não estava cem por cento lá. Eu estava com a cabeça no meu filho, então eu fiquei cinco meses com ele, o tempo todo. E sair, deixar ele, por mais que eu tenha confiança com quem eu deixei ele, como eu disse, minha rede de apoio é muito boa, mas eu deixei ele lá e fui trabalhar. Mas eu fiquei carente dele, ele ficou super bem, mas eu fiquei carente dele. A minha cabeça tava lá nele. E eu não trabalhei bem no início, os primeiros dois meses foi difícil, era um setor, voltei pra um setor mais puxado do que o que eu estava antes da gestação, mas foi bem difícil porque o cansaço era físico e psicológico. O peito enchendo de leite e eu tendo que ir no banheiro pra tirar um pouco pra não empedrar porque tinha essa questão e eu me lembro que eu até escrevi alguns sentimentos pra poder depois eu exacerbar isso em casa, chorar bastante em casa, alguns momentos eu fui até no banheiro do trabalho e chorei um pouquinho. Era uma válvula de escape. Era o leite jorrando e as lágrimas também. Então no início foi bem difícil e depois eu fui pegando o jeito, eu fui me conscientizando de que isso era necessário, que eu precisava manter minha carreira no lugar, sólida, até por ele também.

No caso de Joana, quem sentiu mais foi o seu marido. Como ela trabalhava fora e ele trabalhava em casa, a esposa relata que ele acabou sentindo mais.

Então, as duas estudam na mesma escola, só que em sedes diferentes. E é a escola que eu trabalho. Então eu optei por trabalhar na sede da mais nova, pra ter um pouco mais de contato com ela quando eu não tivesse trabalhando. Então eu acho que isso é uma coisa que me deixou muito segura quando ela entrou com um ano né, a partir de um ano que ela entrou na escola. Quando ela entrou na escola eu não tive dúvidas que era aquilo que eu queria. O meu marido sofreu um pouco mais, porque ele ficou com ela até um ano exclusivamente, eles dois em casa, então ele sofreu um pouco mais.

Cláudia, como já havia realizado um processo de adaptação antes de voltar ao trabalho, viveu essa experiência de uma forma mais tranquila. Já Rita, que conta com a rede de apoio (formada por sua mãe e tia) para cuidar de sua filha enquanto trabalha, revela não ter se preocupado com esse momento à época e levanta um posicionamento interessante acerca dos seus sentimentos:

As vezes dá saudade, mas eu também as vezes me sinto mal porque as pessoas falam de uma saudade muito enorme e não tem essa saudade absurda. E é muito bom chegar em casa e ela correr pra me abraçar! É lindo. É muito bom chegar em casa. Mas eu saio pra trabalhar tranquila.

Para Katia, a entrada de seu filho na creche municipal significou um alívio financeiro relevante. De acordo com ela:

Foi bem tranquilo. Porque como ele já ficava com a menina, eu pagava uma menina então era no mesmo horário da creche, então foi uma coisa bem tranquila e muito melhor porque adiantou o bolso. Aliviou bastante a entrada dele na creche. É uma creche municipal.

As condições observadas na realidade vivida atualmente, por estas mulheres, não lhes dão a opção, grande parte das vezes, de abdicar de um dia de trabalho para acostumar com esta ausência, após um longo período de doação e convivência. Mesmo que para algumas tenha sido mais fácil essa nova adaptação, sequer teriam a possibilidade de fazê-la de forma diferente, caso passassem por um processo mais difícil. O mercado de trabalho não lhes dá muitas escolhas.

Outro ponto importante a respeito das condições de trabalho reforça o medo em relação a perda do emprego ou das próprias mudanças que podem acontecer no momento deste retorno, como por exemplo: a troca de função. Luana menciona que no momento de seu retorno foi realocada para um setor mais complexo. Apesar de isso não ser visto, por ela, como algo negativo, o fato reforça a noção de que nem sempre as condições de trabalho, neste momento, serão as mais confortáveis ao se olhar para o momento de vida destas mulheres. Como colocado, elas podem ser direcionadas a outras funções ou até mesmo vivenciar a perda de alguns privilégios, como comissões ou benefícios, que dão algum tipo de segurança, mas podem ser retirados – porque a legislação permite que isso aconteça.

No entanto, vale mencionar que das quinze entrevistadas, apenas cinco conseguiram colocar seus filhos na creche (sendo duas públicas e três privadas). As outras mães contam com redes de apoio em suas famílias. Esta parcela relaciona-se bastante com dados divulgados da PNAD 2017, onde 32,7% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam creche no Brasil, com menor acesso das crianças negras (29,8%) e residentes em áreas rurais (18,3%).

4.3 Rede de apoio

A rede de apoio familiar é um meio essencial para o auxílio à mulher trabalhadora que não pode pagar por uma creche, ou que opta (quando há a possibilidade) por sua própria rede familiar para cuidar e educar seu filho, em seus primeiros anos de vida.

As entrevistadas declararam, em suas entrevistas, a grande importância que este auxílio tem em suas rotinas e de que forma elas são capazes de darem continuidade aos seus projetos atuais. Nas palavras de Luana:

Eu tento me imaginar sem essa rede de apoio. Só eu, meu marido, e meu filho. Eu vejo que eu me sentiria presa. Talvez eu até abdicaria do meu trabalho por conta disso. (...) Eu trabalho longe da onde meu filho fica, da creche do meu filho. Ele já fica o máximo de horário possível, que é de sete da manhã as sete da noite, a creche funciona esse horário e, por trabalhar longe, as vezes o trânsito pra eu poder voltar e buscar ele, eu acabo chegando um pouco atrasada (...) Teve

uma vez que isso aconteceu, não tinha quem busca-lo, num dia específico, e é a diretora da creche fechou a creche e levou ele pra casa dela e me avisou: olha, tô levando ele pra minha casa, é pertinho da creche e eu te explico qual é o caminho. Então eu acho que se eu não tivesse uma rede de apoio eu surtaria. Eu não ia conseguir ficar tranquila no trabalho sabendo que ele não vai ter alguém pra buscar ele, não vai ter com quem deixar, caso ele esteja passando mal, não possa ir pra creche, então é muito importante pra mim saber que eu tenho a quem recorrer.

Rita, por sua vez, afirma que sem essa rede de apoio não conseguiria, por exemplo, trabalhar. E que agora, como separou-se de seu ex-marido, a renda mensal diminuiu. Sendo assim, arcar com as despesas de uma creche é inviável neste momento. O mesmo caso de Samantha, também mãe solteira:

Ou eu teria que dar meu jeito de trabalhar e pagar uma pessoa de confiança. Ou eu não trabalharia. Eu ia dar meu jeito de ficar em casa. E nem que eu tivesse que vender bijuteria, Avon, Natura qualquer coisa. Mas eu ia ter que ter um retorno de dinheiro e cuidar do meu filho.

Maria, neste sentido, revela a necessidade de ajuda financeira, após sua demissão. Mesmo conseguindo trabalhos como freelance e alguns “bicos”, as vezes não conseguia dar conta de todos dos gastos.

Quando eu fui mandada embora do emprego, eu fiquei recebendo ajuda sim, quando eu precisava. Os meus tios me davam fralda, compravam leite, traziam uma cesta básica. Não era sempre. A minha mãe tem o bolsa família, então era uma vez ou outra que precisava de ajuda com fralda, leite, mas eu sempre fiz freelance, bico, então era muito difícil alguém ajudar.

Desta forma, a rede de apoio familiar foi fundamental para que Maria pudesse ter condições de criar seu filho e se programar para a busca de um novo emprego. O mesmo aconteceu com Gisele, que revela ter sido ajudada por sua avó e seu pai, em vários sentidos. E que o seu apoio financeiro é fundamental.

Sim, minha avó. Ah, ela me ajudou muito cuidando dos meus filhos, e hoje não mais porque eu moro perto dela. E me ajuda muito financeiramente também, por causa das crianças. Se eu não tivesse a ajuda dela eu conseguiria fazer minhas coisas, mas assim, tá me ajudando muito. Porque ela me ajuda sempre com a rota, tá me ajudando com colégio do meu filho (...) As vezes eu recebo do meu pai. Sempre compra também alguma coisa pras crianças, quando elas estão precisando. Sempre compra material escolar agora ele ajudou. Comprou pra menino, comprou pra menina. E ficar com as crianças ne, porque eu moro do lado da casa dele.

Com relação aos filhos mais velhos, Marcia, ao contrário de sua família, não vê problema algum em solicitar ajuda de seu filho. Ainda é muito difícil aceitar a decisão de educar filhos homens a fazerem as mesmas coisas que as filhas mulheres, no ambiente familiar. Quando isso acontece, a família não acha certo. Segundo ela:

Você tá botando responsabilidade em cima dele!! E eu digo não, eu tô ensinando ele a fazer as coisas que é responsabilidade. É assim que começa. Se eu deixar abrir brecha demais ele não vai querer fazer nada. Então ele tem que aprender a fazer tudo. (...) Eu sei que isso não é nada demais, entendeu? Eu acho que o adolescente tem que aprender alguma coisa, não só ficar no celular. Hoje em dia, de tanto passar a mão na cabeça, os adolescentes não fazem nada. Até menina mesmo, não dobra nem uma roupa de cama. Agora, meu filho é homem, mas já arrumou casa pra mim. Já cheguei em casa, a casa tá um brinco. Mais arrumada do que quando eu arrumo. Me surpreende as vezes. Então não tenho do que reclamar. Graças a Deus.

A relação entre a mulher trabalhadora, sua rede de apoio, e até mesmo a creche, revela uma contradição do modo de produção vigente: a venda da força de trabalho não é garantia de conseguir arcar com todos os custos necessários para viver. Ou, até mesmo, a garantia de arcar com custos que auxiliariam a mulher a se manter no trabalho, como por exemplo a creche. As condições do modo de produção capitalista que interferem nessas realidades acabam por não possibilitar escolhas às mulheres que não possuem rede de apoio e, ao mesmo tempo, não podem custear uma creche: são obrigadas, praticamente, a abrirem mão de seus empregos como uma forma de dar continuidade a criação dos filhos.

Foi o caso de Julia, Carmen, Gisele, Livia e Samantha que, por não haver escolha, fizeram acordos em seus empregos e dedicaram-se aos filhos. Algumas trabalharam como autônomas até conseguir alguém para cuidar do filho e poder voltar a trabalhar fora de casa. Outras esperaram os filhos completarem pelo menos a fase do aleitamento obrigatório e começaram a procurar emprego.

Não foram relatados, ao longo das entrevistas, alguma rede de apoio nos ambientes de trabalho. É perceptível a separação que sinaliza que os ambientes de trabalho não olham, nestes casos, para a existência da mulher em sua totalidade, por não considerar algum apoio em relação a maternidade.

5 OBSTÁCULOS

5.1 Naturalização dos costumes

Foi perceptível, ao longo da pesquisa, a existência de níveis de consciência da mulher a respeito de alguns costumes socialmente construídos e difundidos. Um deles pode ser exemplificado pela prática de segregação, já na infância, por parte de pais e mães que acreditam dar para seus filhos brinquedos correspondentes ao seu gênero— entendendo que brinquedo possui tais estereótipos. Isso acaba impactando nas escolhas de vida da fase adulta e no que as pessoas acreditam ou não ter capacidade para fazer.

Outra regra social pode ser exemplificada, por exemplo, nas decisões tomadas dentro de casa, sobre as atividades correspondentes aos maridos e as esposas. De que forma estas atividades são exercidas de maneira melhor ou pior por cada um, justamente por serem homens ou mulheres. Exatamente como é abordado em *O Poder do Macho*, onde Safiotti (1987) levanta alguns padrões estabelecidos pela sociedade brasileira em relação a imagem da mulher nos meios de comunicação: protagonistas de comerciais de produtos de limpeza, de mercados, anunciando perfumes, roupas e jóias, enfatizando seu papel como serva do lar e objeto sexual. Regras sociais como estas foram acompanhando meninos e meninas, homens e mulheres, em todas as fases da vida.

O que se coloca em questão e, analisando a pesquisa como meio para a compreensão do que de fato pode ser considerado um obstáculo à reinserção da mulher, é entender, primeiramente, que as famílias são núcleos sociais, assim como as organizações. Costumes e regras difundidas dentro das famílias geralmente serão levadas, na consciência e na personalidade de cada um, para dentro dos espaços de trabalho, afetando diretamente as decisões e costumes praticados, ainda que se manifestem de maneira microscópica. É interessante perceber que a família, historicamente, reproduz as relações entre explorador e explorado, como bem levanta Wood (2011).

Famílias não conscientes formam pessoas não conscientes que, em determinado momento da vida, precisam trabalhar e, nas organizações, passam a maior parte de suas vidas. Lá, são reflexo do que, ao longo da vida, foram condicionados a pensar, agir, decidir, se posicionar. Ao mesmo tempo, as organizações influenciam trabalhadores que possuem famílias e nelas reproduzem as relações entre quem manda e quem obedece e, neste caso, o papel provedor masculino, mesmo quando efetivamente não acontece, ainda respinga sobre as consciências dentro de casa.

Por isso, é importante a conscientização na relativização ou questionamento de regras sociais, entendendo que este movimento sugere à condução da mudança de consciência e isso, possivelmente, se refletiria como um primeiro passo dentro dos espaços de trabalho e dos espaços familiares.

5.2 Secundarização do papel

A força de trabalho feminina ainda é encarada, majoritariamente, como algo secundário dentro das famílias e do imaginário social. Além disso, as próprias organizações contribuem para que também seja vista como mais cara (por conta dos encargos sociais voltados à licença maternidade) e menos produtiva (por conta da dupla e tripla jornada). Neste sentido, a maternidade é decisiva na produção da imagem secundarizada da mulher enquanto trabalhadora.

O patriarcado, enquanto um sistema de dominação, tem em suas proposições o processo natural de sua inferioridade, fazendo com que os elementos essenciais para que se viva em sociedade sejam criados, desenvolvidos e replicados por homens. À mulher, neste sentido, cabe importância secundária, experimentando este sentimento de inferioridade ao longo da vida. E quando esta mulher que trabalha é mãe, o momento da licença é decisivo para que seu papel enquanto trabalhadora seja questionado, caso não consiga um

espaço para deixar seu filho, ou até mesmo alguém que cuide enquanto esteja fora, ressaltando ainda mais a importância de espaços como a creche.

5.3 Creches e dificuldade de acessibilidade

Claramente apontado ao longo da pesquisa, o problema em relação à não acessibilidade das creches, principalmente em plano financeiro, é decisivo, em muitas situações, para que as mães abandonem seus empregos. Isto se relaciona completamente com o fato de que vender a força de trabalho, na sociedade capitalista, não garante a existência de condições plenas de se arcar com os custos de vida.

Como colocado, o direito às creches, enquanto política pública nacional, foi consequência de grande mobilização. Reconhece, por assim dizer, que o espaço da creche não é somente um local onde seja necessário “abrigar” crianças por um período determinado, mas sim como um direito, um lugar conquistado, um espaço coletivo de vivência infantil.

As empresas, como consequência, não buscam tomar para si esta iniciativa. Insistem, ainda, em manter um discurso sobre o custo da mão de obra feminina, alegando já ser bastante elevado. Esta falta de interesse reflete uma questão: mesmo quando as empresas enxergam certos tipos de benefícios como prestação de serviços de caráter compensatório e ainda assim não os promove em benefício da mulher, é possível reconhecer, inclusive, que o acesso a creches ou a espaços de cuidado de crianças dentro das empresas não é interessante o suficiente para se transformar em bônus. Ou, no mínimo, ser reconhecido como um direito da mulher trabalhadora.

Um dado curioso que se apresentou nas entrevistas é a sugestão, da maioria das mulheres, em ter um espaço no ambiente de trabalho em que pudessem deixar seus filhos. Isto, até uma determinada idade, seria de grande valor para a qualidade do trabalho exercido por aquela mulher. Este assunto se relaciona com algumas questões: primeiramente, é sabido que o valor cobrado para colocar a criança em uma creche particular é bastante elevado e, por isso, torna-se uma opção facilmente desconsiderada. Por outro lado, as creches municipais não contam com quantidade de vagas necessárias a atender toda demanda. A solução, na maioria das vezes é recorrer a rede de apoio e, quando ela não existe, as opções se esgotam.

O governo, por sua vez, também não trabalha no sentido de promover a ampliação da oferta de creches gratuitas e acessíveis. Como mencionado, a realidade que se observa reflete a pouca presença de creches municipais e, além disso, dentre as que já existem, uma quantidade de vagas bem restrita. A ação do governo, nestas situações, é extremamente necessária para que a mulher tenha condições de trabalhar e para que seu filho possa usufruir de um local seguro de aprendizagem e socialização primária.

5.4 Meritocracia

É deturpada a noção de que uma mãe, trabalhadora assalariada, responsável quase que inteiramente pela criação e cuidado de seu filho, vivendo jornada dupla ou tripla sem ter

com quem dividir o peso do trabalho, diga que deveria ter se esforçado mais para conseguir manter o emprego. O que foi levado em consideração para julgar este mérito?

O ponto chave da meritocracia é a manipulação através de um discurso que diz que “todos possuem as mesmas condições para atingir seus objetivos”. Discurso este que contribui para reproduzir, ainda mais, a desigualdade social já existente. Isso se deve à exclusão, completa, das condições sociais e materiais de vida das pessoas, porque elas não são contempladas no julgamento das realidades.

Além disso, olhando sob a ótica das empresas, o discurso da meritocracia é uma ferramenta indispensável, a partir do momento em que retiram do seu escopo a preocupação em estudar e adaptar os espaços organizacionais para melhor atender as mulheres que são mães e se encontram em condição de reinserção. É também pelo fato destes discursos existirem que as organizações não se preocupam em promover políticas ou ações de reinserção das mulheres após a chegada dos filhos – o que se observou, e muito, ao longo das entrevistas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, como parte de uma dissertação de mestrado, buscou identificar as percepções acerca dos obstáculos enfrentados pelas mulheres, após a maternidade, para sua reinserção no mercado de trabalho. Neste sentido, para efeito deste artigo, pretendeu-se encadear as discussões relativas ao movimento feminista na luta pela garantia de igualdade; sua importância na conquista de direitos, como a creche; bem como a percepção acerca da maternidade ter ou não prejudicado a carreira.

Empiricamente, foram realizadas entrevistas em profundidade, com 15 mulheres, que foram transcritas e analisadas de acordo com o materialismo histórico-dialético. Posteriormente, as análises foram apresentadas juntamente com os relatos do campo, divididos pelos temas respondidos nos questionamentos e organizados mediante a relação com o que se pretendia saber de cada entrevistada.

Através da análise materialista histórico dialética, buscou-se levantar os obstáculos inerentes a esta reinserção e chegou-se a alguns pontos de discussão: Naturalização dos costumes, secundarização do papel, dificuldade de acessibilidade a creches, bem como a meritocracia.

Cumprido, neste sentido, complementar as considerações conclusivas trazendo a necessidade de se promover medidas que reflitam a necessidade de ação das empresas e da própria mão governamental, desenvolvendo políticas de ampliação de creches e acompanhando as mudanças na legislação trabalhista, de forma a questionar os direitos que estão sendo retirados. Com isso, busca-se que a realidade refletida neste objeto de estudo possa ser conduzida a mudanças.

REFERÊNCIAS:

BANDEIRA, Lourdes.; MELO, Hildete Pereira. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida** (2a ed., S. Milliet, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009.

CAMPOS, Marta. **A mulher, a criança e seus direitos**. Cadernos de Pesquisa, v. 106, p. 117-127, 1999.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**, 1845-1846. Primeiro Capítulo. Edição Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores, 2005. E-Book. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>

COLLIN, Françoise. **Textualidade da Libertação, Liberdade do Texto**. In: Estudos Feministas. Número especial, Rio de Janeiro, CIEC – Escola de Comunicação, UFRJ, out 1994.

DIAS, Regina; CORREIA, José Alberto; PEREIRA, Maria de Fátima. **A creche como direito das crianças à educação: a legitimidade construída pela experiência de pais e mães com filhos na creche**. Atas do XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Instituto Politécnico da Guarda, 30 de junho a 2 de julho de 2011.

DIEESE. **A inserção da mulher no mercado de trabalho em março de 2013**. Recuperado em 12 de agosto de 2017, de <http://www.dieese.org.br/analisepe/2013/2013pedmulhermet.pdf>.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Editora Civilização Brasileira, 9ª. Edição, 1984.

GARDINER, Judith. **Men, masculinities, and feminist theory**. In M. S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), Handbook of Studies on Men and Masculinities (pp. 35-50). Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo. Atlas, 2002.

HAGUETTE, Teresa. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. - 12. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

IBGE. CEMPRE. **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cepre/quadros/brasil/2015>. IBGE, 2015. Acesso em 06/03/18

IBGE. **Estatísticas de gênero**, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>. Acesso em 23 de abril de 2018.

MADALOZZO, Regina; BLOFIELD, Merike. **Como as famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família?** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, jan- abr 2017.

MARX, Karl. Borrador. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1973. In: Orientação Marxista. Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2008/07/totalidade-como-categoria-central-da.html>. Acesso em: 02/04/2018.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. In: Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1982.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade**. Vozes, 1976.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo. Boitempo, 2011.